

APRESENTAÇÃO

Com imenso entusiasmo chegamos à décima edição da Revista da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul.

O periódico, de edição quadrimestral, conta com artigos das mais diversas áreas do saber jurídico elaborado por Defensores Públicos, Advogados, Magistrados e demais operadores do direito.

A faceta multidisciplinar se revela na vasta gama de artigos já publicados nas edições anteriores mas, para além disso, reflete a alta complexidade das demandas que chegam às mãos dos Defensores(as) Públicos(as), verdadeiros de Direitos Humanos e da Cidadania.

Assim, esta edição conta com nove artigos distribuídos entre as áreas do direito constitucional, cível, penal, fiscal, ambiental e tributário.

Os artigos iniciais refletem a importância do Direito Constitucional nas discussões atuais do sistema jurídico brasileiro. Como primeiro trabalho, apresenta-se o artigo sobre os critérios de atendimento da Defensoria Pública, tema que merece especial atenção. Para tanto, os autores Marcelo Costa Fernandes de Negreiros e Rodolpho Penna Lima Rodrigues, Defensores Públicos do Sergipe e Maranhão respectivamente, abordam os critérios de atendimento das Defensorias Públicas com uma revisão dos mais diversos aspectos da vulnerabilidade e hipossuficiência.

Também na área constitucional apresenta-se o artigo da bacharela em direito e servidora do estado, Márcia Regina Zok da Silva, que analisa o Município Brasileiro e seus interesses intrínsecos e as diversas conotações assumidas por este ente ao longo da História Constitucional de nosso País.

Seguem-se dois artigos com intersecções no direito constitucional, sanitário e consumerista. O primeiro, de autoria de Cibele Mateus e Bruno Siborski, Advogada e Conciliador Criminal, analisa o panorama jurisprudencial sobre as cooperativas médicas à luz da legislação constitucional e infraconstitucional vigente, demonstrando que as relações entre particulares também estão sujeitas aos efeitos irradiadores das normas de direitos fundamentais sociais. O artigo A Responsabilidade Civil das Operadoras de Saúde Suplementar por Erro Médico, de minha autoria,

objetiva o alcance da maximização da pretensão do consumidor a partir dos pressupostos da teoria sistêmica, alcançando a legitimidade passiva das operadoras.

Já a área do direito penal e processual penal vem analisada pelos Defensores Públicos Álvaro Antanavicius Fernandes e Denis Sampaio, respectivamente. O primeiro trata dos tipos penais incriminadores, em especial aqueles que preveem elementos subjetivos especiais e discute a suficiência do dolo eventual como resposta. O segundo artigo, por sua vez, utiliza-se do direito comparado para analisar a investigação defensiva no sistema processual penal brasileiro, na busca de um processo que seja baseado no diálogo e no contraditório.

Importante artigo na área ambiental é apresentado pelo Defensor Público Claudio Luiz Covatti que discute a atuação da Defensoria nos litígios e questões ambientais “como principal instituição de concretização do direito ao meio ambiente equilibrado”.

Na relação entre direito fiscal, tributário e empresarial, apresentam-se mais dois artigos, o primeiro do Advogado Mateus Mantovani Sorgatto que traz à tona a questão da teoria da desconsideração da personalidade jurídica na execução trabalhista e fiscal. Outro importante ensaio sobre a matéria é da também Advogada Fabiane Simioni, que discute a imunidade tributária conferida constitucionalmente aos templos de qualquer culto com base nas teorias de Rawls e Habermas.

Convidamos a todos para a ampla discussão trazida por este número da Revista da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, fazendo votos de que também o leitor possa contribuir com a construção do saber jurídico enviando seus artigos para este periódico.

Porto Alegre, dezembro de 2014.

FELIPE KIRCHNER

Defensor Público

Coordenador da Revista da Defensoria